I - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial as manifestações da análise da Comissão de Credenciamento de Serviços de Assistência Odontológica - CCSAO (SEI [103383767](#)), AUTORIZO, com fulcro no item 6.6 do Edital de Chamamento Público nº1/SEGES/2024, o deferimento da empresa SEMPRE ODONTO PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.222.235/0002-60, como credenciada ao plano de assistência odontológica, conforme § 1º do Art. 1º do Decreto nº 63.103, de 2022.

II - PUBLIQUE-SE. Após, a este CCSAO para ato a pessoa jurídica como DEFERIDA e convoca-se para no prazo de até 5 (cinco) dias firmar o Termo de Adesão ao Programa de Parcerias para Concessão de Descontos e Benefícios a Servidores Públicos Municipais.

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [107323497](#) | Ata de Reunião

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH - 8ª Gestão

Data da Reunião: 21 de maio de 2024

Local: Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, Centro, São Paulo.

Aos vinte um dias do mês de maio do ano 2024, às 14h00, nas dependências nas dependências do Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP) Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP) Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo) Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) **Convidados (as) presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB) Denise Vitoria Brito Mesquita Santos (SEHAB) Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH) Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH) Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB) Queila Birsá Matarozza Albemaz (SEHAB/DEPLAN) Dulce Santana (Taquiografia) Entre outros **Conselheiros (as) ausentes (justificaram ausência):** Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira (SEHAB) João Cury Neto (COHAB) Sidney Nery (SEHAB) Aginaldo da Silva França (ANESP) Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEOP) Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie) Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP) **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 02/04/2024. **Item 2 -** Informes do Avanço das Metas da SEHAB - Meta 12. **Item 3 -** Informes do Programa Pode Entrar na Modalidade Aquisição. **Item 4 -** Outros assuntos **Início Reunião: Sr. Nilson:** Boa tarde a todos, vamos começar a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da 8ª Gestão, dia 21 de maio de 2024. Comunico por motivo de doença, que o Secretário Sidney está ausente, e o João Cury e o Secretário estão em agenda externa. Sou Nilson, Diretor Técnico da COHAB, também membro do Conselho do CMH. Vou tocar a reunião por hoje aqui. Seguindo a pauta, aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do dia 02/04/2024. **Sra. Fátima:** Quería antes justificar a ausência da Verinha, que ela está em Brasília. **Sr. Nilson:** Ok, justificado. Colocando aqui, todos receberam a Ata anterior. Quería saber se tem alguma observação em relação à Ata anterior. Como não tem nenhuma observação, aprovado por unanimidade. O item 2, informes sobre o avanço das metas da SEHAB, Meta 12. E o pessoal de DEPLAN que está aqui, vai fazer a apresentação aqui para o pessoal. **Sra. Queila:** Bom, eu sou a Queila. Sou diretora do DEPLAN aqui do SEHAB. Vou fazer uma apresentação para vocês, referente ao monitoramento das intervenções de provisão habitacional em andamento. Esses números são referentes de 2021 a 2024, abril de 2024. Então, são os nossos números mais atualizados. Bom, aqui são os nossos programas habitacionais, os mapas das unidades habitacionais entregues. Então, tem aí um total das unidades de 7.172 mil unidades habitacionais nesses locais, então, separados pelas operações urbanas. A nossa produção direta, produção direta de mananciais, os programas federais e a PPP. Alguns exemplos das unidades entregues. Então, vamos Bumburral, o bloco D, 48 unidades, Curuçá, 97 unidades habitacionais entregues, Chácara do Conde, 523 unidades entregues, Forte da Ribeira, 300 unidades entregues, Heliópolis, 221 unidades entregues, Lidiãne Casa Verde, 36, Lidiãne, condomínio-2, 72 unidades entregues também. São Mateus, 300 unidades, Fonte dos Remédios, 181 unidades entregues, Jardim da Barra, 417 unidades entregues, Coliseu, condomínio-1, 109, e Heliópolis, condomínio-4, 240 unidades entregues. Bumburral, 32 unidades entregues, o A e o E, 78 unidades habitacionais entregues. Viela da Paz, 122, e Lidiãne, 20. Aqui o mapa das unidades habitacionais com obras em andamento. A gente fez uma separação com relação às obras em andamento e embaixo as obras contratadas com a PPP da COHAB. Então, 25.962 unidades habitacionais, e 21.080 mil unidades habitacionais com a PPP da COHAB. Esses dados já são

atualizados do mês de abril. Aqui um avanço técnico, relacionado às unidades que serão entregues até agora julho de 2024. Então, daqui a dois meses e meio, mais ou menos. Então, esses são os empreendimentos que estão sendo finalizados. Então, mais ou menos, 1.110 mil unidades habitacionais. Aqui há alguns exemplos, Residencial Padre Tição, do Pode Entrar Entidades, e o Coliseu, condomínios-2 e 3. Conjunto habitacional Ponte dos Remédios, torre A e B. Agora as fotos de abril de 2024. Conjunto habitacional Cocaia de Mananciais. É isso. Então, esse é o panorama das unidades entregues, em obras e já contratadas agora para 2024, 2025 e 2026. Obrigada. **Sr. Nilson:** Alguma questão? **Fátima:** Bom, boa tarde a todos e todas. Maria de Fátima dos Santos, Conselheira. Só uma pergunta, essa questão da apresentação que você fez. Primeiro, se essa apresentação vai para a gente? E a segunda, quando você colocou lá dos Forte do Ribeira, daquele esgoto, é um empreendimento que já foi entregue? Esse foi entregue o ano passado ou foram aqueles que foram entregues três anos atrás? **Sra. Queila:** Ano passado. **Sra. Fátima:** Ano passado? Então, esse Forte do Ribeira qual é? Porque tem o A, tem o B. Então, eu não vi lá bem destacado na foto, se puder voltar para a gente ver, acho que é importante. Só para ter um entendimento e um foco. Obrigada. **Sra. Queila:** A apresentação a Mônica vai disponibilizar depois. **Sra. Denise:** Eu acredito que o forte da Ribeira-B tenha sido demanda mista. Teve FAR aí? No Forte da Ribeira? **Sr. Nilson:** Eu não sei dizer, Denise. **Sra. Denise:** Eu acredito que sim. **Sr. Nilson:** Acho que aquela demanda de 50 a 50 que foi feita nessa. **Sra. Denise:** Exatamente. Aí é demanda de auxílio-aluguel normal, e demanda cadastrada. Mas esse empreendimento já foi entregue em 2022. **Sra. Fátima:** Por isso que eu estava perguntando, do ano passado. **Sr. Nilson:** É 2022. **Sra. Denise:** É que, às vezes, o que acontece? Pode ser que ele seja entregue em 2022 e a gente conclua em 2023, isso é muito comum, até finalizar a entrega são 300 famílias, e aí a gente vai entregando por condomínio. Mas eu acho que o Forte da Ribeira, não tenho essa informação de cabeça, ela foi uma demanda mista. **Sr. Nilson:** Mais alguma questão? Podemos partir para o Item 3 aqui, que é Informes do Programa Pode Entrar, modalidade aquisição, que a Denise aqui, de CTS, vai fazer uma apresentaçãozinha aqui. **Sra. Denise:** Boa tarde. Tudo bem? Eu trouxe para vocês aqui uma apresentação que é sobre o Programa Pode Entrar, a modalidade aquisição. Uma modalidade muito interessante, ao meu ver, onde você consegue comprar unidades direto do mercado privado. E aqui, especialmente nós atendemos as famílias que estão no auxílio-aluguel há muito tempo. Eu tenho mania de trazer apresentação, mas eu nunca uso a apresentação. Então, o que acontece? Nessa primeira etapa foram adquiridas 10.018 mil unidades habitacionais. Depois mais adiante eu mostro para vocês como que elas foram distribuídas na cidade, e quem será atendido nenhuma unidades habitacionais. Aqui é um pouco das etapas do trabalho social que nós vamos realizar com essa demanda. Nós já fomos conhecer os empreendimentos, isso aqui é a equipe social, tá? Equipe social foi até o local verificar informações também sobre o território, onde serão essas novas unidades, esse a gente já cumpriu. Planejam os trabalhos junto às DTSS. Não sei se vocês sabem, a CTS é uma coordenadoria, e aí junto a elas nós temos cinco diretorias regionais, que são as diretorias que atuam nesses territórios Leste, Sul, Sudeste, Centro, Norte, enfim. Nós já dividimos esse trabalho, e aí mais adiante vocês vão ver como eles ficaram. E definir os pontos de atendimento. O que seriam definir pontos de atendimento? Essas famílias, em um primeiro momento vão receber um termo de vinculação, é um documento que vai direcionar a família para o empreendimento que foi comprado nessa primeira etapa das 10 mil unidades. Então, eu vou pegar aqui um empreendimento que foi comprado na região de Perus. Quem vai ser direcionado para essa região de Perus? Depois que feito todo um estudo, eu vou falar um pouco mais adiante como que isso procedeu, essa família vai receber um termo, aí esse termo não é aquele termo de compromisso habitacional, que era meio vago, que a gente usava anteriormente: "Olha, a família vai receber auxílio-aluguel até receber a habitação". Não, ela vai saber exatamente onde ela vai morar, qual é o futuro endereço dela. E esses pontos de atendimento, só voltando, esses pontos de atendimento vão ocorrer de forma descentralizada. Como essa primeira etapa são 10 mil unidades habitacionais, se eu concentrar todos os atendimentos na Central de Habitação, eu não vou conseguir ritmo, imagina, você conseguir, eu tenho uma capacidade, acho que de atendimento, acho que de 100 a 150 por dia. Então, a gente optou por distribuir esse atendimento nas subprefeituras, e também fica até mais próximo para algumas famílias. Então, a pessoa mora lá em Perus, ela vai na subprefeitura de Perus ou vai em Santana, enfim. Então, a gente já definiu esses pontos também. Os empreendimentos, nessa primeira etapa foram distribuídos da seguinte forma: esse número que está aqui na ponta são os empreendimentos, a quantidade de unidades habitacionais compradas por região, dividido por subprefeitura. Então, nós temos 3.502 mil unidades habitacionais na região de Pirituba/Jaraguá, Butantã, 2.413 mil, Perus, 1.414 mil unidades, Jabaquara, 620, Santana/Tucuruvi, 480, Freguesia/Brasilândia, 274, Lapa, 617, Itaquera, 246, Sé, 236, Sapopemba, 216. Então, ficou distribuído dessa forma, nessa primeira etapa, segunda etapa nós vamos ter uma outra remessa de compra, que vai ter uma outra distribuição. Aqui é o nome dos empreendimentos e os endereços que a gente colocou aqui. Na região Leste ali em Itaquera, você tem o Mirai Parque do Carmo. Na região central a gente tem um empreendimento que nós vamos entregar no Residencial Parque Dom Pedro, que é ali na Rua do Glicério, e na Estação... É porque aqui não está dividido todos, no próximo slide ainda tem mais Leste, mais Centro, enfim. Região de Sapopemba, Rua São Roque, o Empreendimento Estação Tolstói, Jabaquara, a Rua Delmiro Augustini. E por aí vai. Então, a gente foi dividindo esses endereços, quantidade de unidades habitacionais. E aqui nessa última coluna a gente colocou a

quantidade de unidades habitacionais que serão destinadas para a COHAB, que são para as famílias cadastradas aí no site lá da COHAB, e as famílias da SEHAB. As famílias da SEHAB, uma proporção um pouco maior, porque são famílias que estão há muito tempo aguardando no auxílio-aluguel. Então, essas unidades habitacionais se destinam à essas famílias, basicamente, mas a gente conseguiu ajustar um pouco, para a gente conseguir atender às famílias também cadastradas na COHAB. Mas, a prioridade, a maior parte das famílias a serem atendidas, serão as famílias do auxílio-aluguel, principalmente aquelas que estão há mais tempo aguardando. **Sra. Isadora:** Quería saber como a gente selecionadas as famílias do auxílio-aluguel? Você falou que são as mais antigas, mas, por exemplo, uma família que foi atendida em auxílio-aluguel, removida, sei lá, da Zona Sul, ela vai poder ser atendida em qualquer lugar da cidade, ou vocês estão dando uma prioridade para ela ser atendida próxima do lugar onde ela foi removida? **Sra. Denise:** A prioridade é sempre atender esse morador próximo da onde ele foi removido. Então assim, foi feito todo um estudo, então assim, dessas 10 mil unidades, quem eu consigo atender cumprindo alguns requisitos básicos? Então, a gente fez um estudo, previamente, esse estudo contempla o quê? Como se fosse uma ordenação ali do território de origem com o empreendimento que está sendo adquirido. Obviamente, que nessa primeira compra você não consegue sanar todos aqueles, os mais antigos, mas você consegue resolver uma grande parte dessas famílias. Então, vamos supor, na região Leste, ali de Itaquera, a gente vai pegar as famílias ali dos assentamentos que saíram próximo de Itaquera, e aí a gente faz um estudo para, como eu coloquei para vocês, de território de origem versus o empreendimento que foi adquirido, e aí depois disso... Aí você fala assim: "Mas você só tem 246 unidades lá". Aí eu aplico os critérios que estão estabelecidos no Decreto nº 61282, que é o de seleção de demanda. Com que eu priorizo uma demanda? Então assim, famílias numerosas, mulheres vítimas de violência, idosos, famílias com pessoas que tem PCDs, enfim. Então assim, primeiro passo é respeitar isso, a origem da onde a família saiu, para a gente não cair nessa história de tirar uma família da Zona Sul e colocar na Zona Leste, ou vice-versa. Então, esse critério macro é respeitado. E depois os critérios de vulnerabilidade. Então, é priorizado aqueles que são os mais vulneráveis, nesse primeiro momento. Vocês querem deixar eu terminar de apresentar, e aí vocês perguntam. Que aí fica um pouquinho mais fluido. Eu já estou terminando. Aqui região Norte, nessa primeira compra, elas foram bem... A gente vai zerar a fila do auxílio-aluguel. **Sr. Nilson:** Isso é coincidência, essas unidades compradas foram por critério de menor preço oferecidos nas estações de chamamento, e que pegou uma boa parte da Zona Norte aqui, coincidentemente. **Sra. Denise:** Aí, momento histórico para nós da Secretaria de Habitação, nós vamos zerar a fila do auxílio-aluguel da região Norte. Região Norte foi a região que menos teve entrega de unidades habitacionais nos últimos tempos, e ela teve menos intervenção também. Então, se você for ver das urbanizações, comparados à região Leste, região Sul, nós tivemos muitas remoções em função de obras de urbanização ou mesmo mitigação de risco. Só que agora Norte deu um bum. Aqui a gente atende tanto as famílias do auxílio-aluguel, quanto aquelas que ainda serão removidas. Então, está todo mundo vinculado, e aí sobrou um percentual até um pouco maior para a COHAB. Tem, por exemplo, o Pirituba/Jaraguá, reserva Jaraguá é o reserva... Não, tem um residencial... **Sr. Nilson:** Perus-1. **Sra. Denise:** Que eu acho que ele vai quase todo para a COHAB. **Sr. Nilson:** Isso, é o Perus-1 ali, é o terceiro da lista. **Sra. Denise:** Terceiro? **Sr. Nilson:** Isso. **Sra. Denise:** Olha lá, ele vai todo para a COHAB. Por quê? Porque eu não tenho famílias aqui que foram removidas próximas a esse empreendimento. Sendo que eu já sanei o problema de pessoas que já... **Sr. Nilson:** O último também, o Residencial Amizade também, 600 unidades. **Sra. Denise:** Aí a gente disponibilizou e vai para a demanda aberta. Entendeu? **Sr. Nilson:** Então, a gente está chamando a lista da COHAB, não é, Denise? **Sra. Denise:** Isso, aí aqui chama a lista da COHAB. **Sr. Nilson:** Atende a fila, para andar a fila também. **Sra. Denise:** Sim. Aqui um pouco da divisão Oeste, Raposo Tavares. Os empreendimentos a gente foi visitar, nossa equipe social, é bem crítico assim, mas voltaram bem contentes, assim, falaram: "Olha, Denise, são muito bem localizados, tem empreendimento que é na Marquês de São Vicente, empreendimento que está o Mix Morumbi a 400 do Metrô Vila Sônia. Esse aqui você vê rodovias e fala assim: "Nossa! Vai lá para...". Não, muito bem localizado. Gastaram bastante assim. Fora que aqui vai ter um centro comercial, vai ter escola, tem uma estrutura muito ampla dentro desse empreendimento também. Então assim, bem sucinto, porque aí eu abro para vocês tirarem dúvida, acho que fica mais fácil. **Sra. Fátima:** A minha dúvida aqui é quando você colocou atendimento, COHAB, SEHAB e subprefeitura, então, ficou minha dúvida. Porque eu sei que a subprefeitura quando tem remoção, quando tem auxílio-aluguel, essas coisas, vem tudo para a SEHAB. **Sra. Denise:** Subprefeitura porque é a subprefeitura de referência do empreendimento. **Sra. Fátima:** Ah, tá. Porque eu estava entendendo, eu queria entender o que era esse atendimento da subprefeitura, fiquei na dúvida. **Sra. Denise:** A subprefeitura é região e a subprefeitura de referência, apenas isso. **Sra. Fátima:** Então, eu estou entendendo o que é isso. **Sra. Denise:** Mas a demanda é SEHAB e COHAB. **Sra. Fátima:** Outra coisa, você colocou aqui, o que eu ouvi, é só uma área que você falou: "Olha, está bem centralizado, vai ter escola e isso tudo". E as outras? Por que eu estou colocando isso, Denise? Eu acompanhei muito o pessoal, até que perguntei de São Mateus ali, a Forte do Ribeira-A, B e C, e aí eu pergunto até para vocês, lá é uma situação muito grave para as famílias de lá, foi entregue mais de 1 mil unidades lá, e as famílias não tem Posto de Saúde, não tem UBS para atender, não tem escola para as crianças. E isso está gerando uma dificuldade muito grande. E mais, um local que a gente já estava achando que ia construir UPA para as famílias, e

até colocando aqui para os Conselhos, que é uma dificuldade muito grande para todas aquelas famílias, segundo a informação, tiraram as placas lá que era da UPA e vai construir um atendimento para população de rua. Isso é muito grave, porque lá tem mais de 1 mil famílias dentro do conjunto habitacional, juntando tudo, dá, mais ou menos, umas 5 mil famílias. E constrói um albergue ao invés de uma UPA para atender às famílias. Essas pessoas que estão no albergue vão ter a necessidade de ter uma escola, vai ter uma saúde, essas coisas. Então, eu coloco aqui que a gente pense, a SEHAB, a COHAB, a Secretaria, pense em um local, quando vai atender essas famílias, verifique se tem escola, se tem Posto de Saúde próximo, se realmente vai atender à população que está sendo levada ali. Porque isso aí é muito importante. O que a gente não pode é simplesmente colocar as famílias lá sem dar estrutura para as famílias, sem que tenha já uma escola, sem que tenha uma creche, sem que tenha um Posto de Saúde que vai atender à essas famílias aí que estão chegando. Que possa até ter um Posto de Saúde, mas ele atende todas as famílias? A creche, a escola, atende todas as famílias que estão indo morar lá nesse perímetro? Então, é esse o meu questionamento. Obrigada. **Sra. Denise:** Os atendimentos, nessa primeira etapa, eles são bem descentralizados. Você vê região Norte, mas você tem vários empreendimentos, um com 300, um com 400, e assim vai sucessivamente. Eu acho que esse problema dos equipamentos ocorreu muito, infelizmente, com as unidades do Programa Minha Casa Minha Vida, e eu posso falar com precisão, porque eu fui a responsável pela entrega do Residencial Espanha, você coloca 4 mil unidades habitacionais em um empreendimento, você está falando de 16 mil pessoas, você está reassentando uma cidade. E assim, e não vejo nesse pacote os equipamentos. Então assim, a equipe social a gente, olha, rala para caramba, justamente para que a gente não veja nenhuma criança perdendo o ano letivo, para que a gente saiba que as famílias consigam realmente serem atendidas. Mas o que aconteceu? Quando eu cheguei, só para dar um exemplo do Espanha, que é um exemplo acho que muito triste, porque uma via de acesso, a Estrada do Alvarenga, a Denise indo lá batendo na Diretoria Regional de Ensino para fazer de tudo para que nenhuma criança ficasse fora da escola, e isso, obviamente, gerou uma superlotação. Mas a gente também não deixou fora. Mas quando a gente pega aqueles documentos ARDD lá, que é feito anterior até mesmo o projeto, ou junto com o projeto, estava previsto sim alguns equipamentos, eles não foram construídos, estava lá, tinha escola, tinha um terreno que foi doado pela ENCOMP. E aí tinha uma escola de educação infantil, tinha um equipamento que era um CRAS. Depois também disseram que não precisava de Posto de Saúde, o próprio documento diz que não precisava, eu falava: “Olha, estranho, já é escasso para quem está lá, imagina você reassentando 16 mil pessoas”. Enfim, é um problema que a Fátima trás, mas que eu acho que ele foi muito recorrente nessa situação de você colocar, às vezes, 4 mil, 5 mil, 1.188 mil famílias lá no Grajaú, que a gente teve a sorte de ter uma UBS inaugurando no mesmo período da nossa entrega, e a gente colocou as 4.800 mil pessoas direcionadas para essa UBS. Aqui no Aquisições, qual é a nossa ideia? É a equipe social, a gente vai criar algumas portarias que venham de encontro à modalidade do Aquisição, mas são portarias específicas do trabalho social, que serão construídas pela equipe que realmente conhece esse trabalho, porque, muitas vezes, a gente sabe que tem alguns instrumentos que são criados, legislações, portarias, decretos, mas a gente precisa saber quem está ali no campo, chamar aquela pessoa que está ali no campo, também está no Sol quente, está atendendo plantão, está vendo a situação para fazer esse tipo de construção também junto com população. Então, a ideia é que a gente tenha esses instrumentos, Fátima, para a gente inserir essas famílias nos equipamentos. Aqui eu tenho uma certa tranquilidade, com exceção do MIX Morumbi, mas também é um empreendimento pequeno, não é muito grande. Essas unidades estão previstas para serem entregues em dezembro de 2025. Então, a gente tem um tempo aí para amadurecer essa questão dos equipamentos, e ver se a gente vai ter alguma ausência aí de atendimento no território onde essa família vai ser inserida. Então, a gente tem essa preocupação sim, o trabalho social está atento. Eu passei por um perrengue muito grande, posso falar que foi horrível, porque eu vivenciei, porque era um monte de gente no plantão, Denise, eu não consigo matricular meu filho na escola. Como que eu vou fazer? E aí a família não mudava, e aí a unidade ficava vazia. Mas quando você entrega o empreendimento, ela fica suscetível ao quê? A uma ocupação. Então, foi muito tenso, foi muita pressão. Então assim, a gente não quer repetir esse erro. Por enquanto, olhando hoje para o quadro que a gente tem, o Reserva Raposo é um que concentra mais unidades, ele tem essa característica de empreendimento muito grande, que precisa desses equipamentos. Uma das propostas iniciais é a gente já fazer uma carta, não uma carta, a gente tem um produto de levantamento de todos os equipamentos que tem no em torno desse empreendimento, estabelece um raio de distância, obviamente, não é só pela subprefeitura, porque não adianta, você está na mesma subprefeitura. **Sra. Fátima:** Quando estamos fazendo um empreendimento, nós entidades, primeira coisa que fazemos é um levantamento. Aí acho uma coisa que tem que mudar nessa questão. **Sr. Nilson:** Fátima, é o seguinte, as áreas definidas pela saúde, pela educação, eles têm o mapeamento dele diferente das subprefeituras, eles têm uma abrangência maior. Vou dar um exemplo no Raposo, o pessoal até da própria Secretaria da Saúde, ele está prospectando áreas aí para expansão. A própria Secretaria de Educação também, para fazer ampliações. Inclusive, ali no Raposo, no KM-18, 19 ali, entrada do conjunto, Denise, tem uma área lá que a própria Secretaria já escolheu lá, da COHAB, para a gente ceder para eles. A própria Educação, eles vêm procurando essas áreas e tem o programa de exposição da Secretaria, e eles têm um certo conhecimento que esses empreendimentos vão ser entregues no futuro que vai afetar a demanda das duas Secretarias

principais, que é Educação e Saúde. **Sra. Fátima:** Mas acho que não basta só isso, acho começado o empreendimento já tem que pensar ali, aquilo ali pode ser destinado para fazer creche. Quando a gente está construindo através do movimento popular, através da entidade, a gente já pensa tudo nisso. Então, eu acho que também a prefeitura fazendo a construção para que atenda às famílias de população de baixa renda, que está cadastrada, seja no auxílio-aluguel ou seja na COHAB, já tem que fazer o empreendimento pensando nisso, deixando as áreas para ser construída uma UBS, a área que pode ser construída uma creche, um pré-zinho para as crianças. A gente já tem que pensar nisso. Que eu estou colocando que um empreendimento tão grande, igual foi entregue o Forte da Ribeira em 2022 e 2001, não pensaram nisso, tem área lá vazia ainda e não pensaram nessa situação. Então, que pense nessa situação, já que não pensaram para trás, daqui para frente que seja pensado. Eu estou falando, por exemplo, eu vou dar um exemplo nosso do Jardim Celeste, tinha uma área lá que era para ser construída, nós falamos: “Não, tem que ser construído uma EMEI para atender e destinar uma área, um pedaço para construir, porque não tinha condições de atender na escola tudo lá, pensar nisso. Porque senão a gente vai estar colocando as famílias lá, e o que acontece? Eu falo que isso acontece, as famílias vão sair daquele empreendimento, porque ela não tem uma UBS perto, ela não tem escola para o filho perto, e ela vai voltar de novo para morar em uma área de risco. Então, ela tem que ter a estrutura total, para que dê fortalecimento daquela família conviver ali. Que ela tenha o que ela precisa, onde ela tinha anterior, ela tem a criança na creche, que ela tenha a criança lá no Posto de Saúde perto e tudo, temos que pensar nisso, porque senão não dá para colocar as famílias em qualquer lugar e as famílias voltar de novo para morar em uma área de risco. **Sr. Nilson:** Esse estudo de impacto é feito, agora, precisa também umas ações das próprias Secretarias ali de investimento de construção e tal, que demora um tempo também e financiamento para isso, dos outros orçamentos locais lá. Até o próprio Minha Casa Minha Vida lá, do passado lá, eles tinham algumas áreas destinadas para equipamentos públicos, alguns não foram ocupados que as próprias Secretarias achavam que não precisava, ou que a demanda da região lá do posto, fariam apenas uma reforma na região lá das UBSs das escolas, amplia-se. É isso, Denise? Isso aconteceu, tem terreno até hoje que não foi entregue, eles não quiseram, a Secretaria. **Sra. Denise:** Eles iam fechar uma escola estadual, a educação ia fechar uma escola estadual ali, muito perto do Espanha. A gente fez um movimento, um malabarismo. Fora também a dificuldade que a gente teve para ser atendido na DRE. Eu sou prova disso, eu vivi isso. Eu lembro que o Marsura foi comigo na época, o Churci mandou inúmeros e-mails para a educação, para a gente falar: “Olha, como está a situação das escolas”, enfim. Tem uma dificuldade também com a questão do espaço para a construção, não foi necessariamente o que aconteceu lá no passado, que algumas áreas tiveram até uma destinação. Mas eu acho que uma articulação entre as Secretarias eu acho que a nível de gabinete é importante acontecer. Porque no nível técnico ela acontece, naturalmente o nosso trabalho vai buscar essa inserção da família que está sendo atendida, no território onde foi comprada essa unidade habitacional ou foi construída. A gente tem um trabalho que é uma etapa do nosso trabalho, que é o trabalho em rede, não é só educação, a gente precisa que o CRAS faça atualização dos endereços, a educação disponibilize as vagas. A saúde, a UBS cadastre essas pessoas. Então, a gente tem toda essa preocupação, a faz parte do trabalho social. Agora, e escassez do equipamento, muitas vezes, acontece, mas eu acho que envolve também uma articulação aí de gabinetes que precisamos conversar e falar: “Olha, realmente precisa da escola aqui”. **Vamos fazer a escola? Sr. Nilson:** Até para vocês terem uma ideia, pela PPP aqui da COHAB, nós fizemos reformas e construção de UBS até de escolas aqui, não é, Denise, em diversas regiões aqui, atrelando aqui uma demanda de necessidade da própria região de levantamento que foi feito há pouco tempo atrás, pelo pessoal da saúde e da educação. Então, eles podiam usar a PPP como instrumento de ação, o orçamento é da Secretaria, eles contratam a equipe da PPP e executa equipamento público lá que é permitido. Até das próprias PPPs tem uma área dentro das implantações dela destinadas aos equipamentos públicos lá, que cabe à Secretaria utilizar isso, utilizar, faz projeto, constrói, o dinheiro tem que vir da Secretaria, não é da COHAB, não é da SEHAB, isso aí vem das próprias Secretarias para fazer isso aqui. Então, existe uma preocupação sim, sabemos disso. Eu vou colocar as pessoas lá na região, que vou colocar 1 mil famílias aqui, por exemplo, em um dos empreendimentos que está na outra lista lá, 900 e pouco, Denise, estou colocando com 5 mil pessoas lá, não é uma coisa simples. **Sra. Denise:** O social é o primeiro a fazer isso, porque a gente que atende o plantão na área. Entendeu? Então, a gente põe o plantão lá dentro do empreendimento. Eu lembro que o América do Sul, na região do Grajaú, a Ângela deve conhecer, ali perto do CEU/Grajaú, bem pertinho, gente, não tinha linha de ônibus. Nossa, aí foi aquele Carnaval e vai atrás da Secretaria de Transportes, aí tenta, e assim, eram pessoas que precisavam sair muito cedo, tinha uma linha que atendia e o pessoal estava tendo que sair de casa 4h30min, 5h. Então assim, a gente sabe bem, a gente conhece essa dificuldade, a gente já vai fazer o levantamento dos equipamentos, Fátima, vamos fazer o levantamento, vamos verificar realmente se tem um déficit e já sinalizar isso, para a gente não enfrentar, uma preocupação nossa também. Mas, a princípio, alguns dos empreendimentos a gente está vendo que não é aquele empreendimento em massa, dessa leva, o “Raposão”, que a gente chamou de Raposão, ele chama a atenção, se vem com mais de 2 mil unidades, meu coração já fica apertado. Mas você está certíssima sim. **Sra. Isadora:** Acho que o assunto foi muito bem colocado pela Fátima, e eu acho que é um problema quase estrutural de programas como esse que vão... Tanto esse, quanto o Minha Casa Minha Vida, de ir atrás do que o privado produziu, porque o privado não está pensando em nada

disso, que tem que ter equipamento, que tem que ter transporte, que tem que ter as coisas. Daí quando você compra, por um lado, tem uma facilidade, porque está lá, está pronto, já está aprovado, já está construindo, já tem... Por outro lado, não tem cidade. Então, acho que é um problema estrutural, acho que não cabe a gente discutir sobre isso, mas é sempre bom pontuar, estar em Ata. Então, é uma falácia, você sabe que é uma falácia porque foi uma tentativa do Aquisição comprar, teve um incentivo para que eles comprassem próximos dos eixos, mas a gente fez o mapeamento de todas as unidades compradas, pelo menos, as do 40 mil, que foi 38 mil, etc., a gente mapeou, está na plataforma do Cidade, a gente fez uma matéria sobre isso, a gente pôs tudo no mapa, e a maioria, grande maioria está fora dos eixos, quer dizer, foi comprado em uma porcentagem muito pequena dentro dos eixos de estruturação urbana, embora fosse uma vontade do programa, não foi o que aconteceu, de fato. Então, acho que é para a gente pensar que a Secretaria quando pensa uma política pública, precisa planejar aonde ela quer construir antes de sair comprando. Que acho que é isso que a Fátima falando. Então, é uma questão importante para a gente pensar esse tipo de programa. Que não é só esse, Minha Casa Minha Vida acontece a mesma coisa. Mas a minha questão não era nem essa, era só concordando com a Fátima. Tem dois elementos disso que a Fátima está colocando, ela colocou muito em relação aos equipamentos que você respondeu muito bem, Denise, mas tem questões maiores da cidade. Você começou a falar dos transportes, e tem uma questão das áreas verdes também. Eu estive com os alunos no Raposo, faz uns dois meses, a gente passou por ele e tivemos uma longa conversa na COHAB/Raposo Tavares, que é vizinha deles, e é um conjunto muito antigo, gradado, são vizinhos. E a gente conversou sobre como que estava sendo essa relação e tal. E uma coisa que vale a pena para vocês do social, talvez conversarem, são muito organizados e tudo mais, porque eles sabem os problemas da região. Então, eles falaram de muitas coisas, falaram: “A gente não está acreditando que vem essa quantidade de pessoas para cá, sendo que nós que já estamos aqui desde a década de 90, temos muita dificuldade de, por exemplo, o Posto de Saúde que eles usavam, que ficava depois do Raposo, agora eles, por conta do Raposo estar tudo cercado, eles não têm acesso mais ao posto deles, que eles usavam. Então, eles têm que dar uma volta gigantesca, demora muito, uma coisa que é perto, demora muito para eles chegarem. Outra reclamação que eles colocaram, área verde que eles tinham, que está sendo toda cercada também, eles gostariam de saber, e eu também, se essa área verde, que antes estava sendo prevista para um conjunto privado, se agora que ele vai ter uma demanda pública, esse projeto não pode ser pensado de forma pública, ou seja, uma área verde que possa ser pública e usada, por exemplo, por um conjunto que é da própria COHAB, quer dizer, a COHAB está colocando mais demanda lá, do lado de um conjunto que é dela, e quer dizer, poderia ter uma articulação de projeto que juntasse aí, a questão da área verde dos equipamentos todos. E por fim, a questão dos transportes eles já falam: “Gente, a gente está aqui na Raposo Tavares, tudo bem, a gente está próximo de uma grande via de transportes, só que não tem Metrô, não tem Metrô, não tem uma faixa de ônibus na Raposo Tavares. Tudo estacionado de manhã. Então, eles demoram duas horas para chegar em Pinheiros. As pessoas que já moram lá. E daí está colocando mais 5 mil pessoas do lado delas. Entendeu? Então, uma coisa é equipamento, outra coisa é como que vai pensar. Eu sei que está prevista a linha marrom chegar ali, mas enfim, a gente sabe que a previsão é daqui a dez anos, e isso aí vai estar entregue o ano que vem. Então, é uma bomba, não só do ponto de vista do equipamento, que também é um problema, mas do ponto de vista urbano maior. Então, queria só pontuar isso. E daí vai a minha pergunta, finalmente, que eu queria fazer naquela hora anterior, que não tem a ver com isso, que é sobre as famílias que estão sendo selecionadas, que vem do auxílio-aluguel. Quería entender como funciona, ela é chamada para assumir um financiamento. Como é esse critério? Ela vai ter que passar por uma seleção bancária, ela pode não ser selecionada? Se ela não conseguir arcar com esse financiamento, ela simplesmente sai e acabou essa história? Eu queria entender um pouco assim, uma coisa é fui selecionado, outra coisa é a gente sabe que é passar por todo o processo, de fato, de aprovação e conseguir pagar um financiamento. Então, eu queria saber se vocês estão pensando sobre isso. **Sra. Denise:** Em um primeiro momento a gente faz a vinculação, nessa vinculação pode ser que a família se recuse e fala: “Olha, esse empreendimento não me atende, eu estou morando em um outro lugar”. Então, isso pode acontecer. Nós começamos pelo MIX Morumbi, teve uma adesão assim muito boa, eles vão ser vinculados agora no sábado. E aí a partir disso a gente inicia uma segunda etapa do trabalho, que é a coleta de documento deles, a atualização cadastral, para verificar como está a questão de renda. Todas as orientações necessárias acerca do critério e tudo mais. E assim, hoje a gente trabalha com 17%, o Decreto mudou, agora é 15% de renda familiar. Vai continuar a mesma regrinha do que a gente atendia ali dos TPUs. Então assim, afia está com um problema com restrição, isso não é um problema para nós. “Ah, mas a minha renda é declarada”. Também não é um problema para nós. Então assim, o que a gente adota hoje como prática, vai ser replicado, é claro que a gente busca aprimorar e tudo mais. Agora, a questão da família que ela não tem renda, é um problema. Porque o que aconteceu? Além de ela ter a parcela, ela tem o condomínio. Então, uma das nossas propostas para o nosso pós-ocupação, Isadora, que aí é o que eu falo, é deixar com que essas portarias, esses decretos sejam também construídos pela equipe que está ali na base, que somos nós que estamos ali no plantão sofrendo ali junto com a família, vendo o problema. É o eixo de desenvolvimento econômico ser mais trabalhado, ser melhor aprimorado, talvez, até no pré-ocupação, para que a gente consiga dar condição dessa família também se sustentar ali dentro do empreendimento, porque a gente sabe que não é só a mensalidade,

mas sim o condomínio, a água. A água, às vezes, está inserida no condomínio, mas tem a questão da luz, a gente sempre coloca na tarifa social, enfim, a gente já faz todo um recorte ali de renda e tenta equilibrar também, porque senão a gente não consegue dar sustentabilidade para o empreendimento. Mas a gente tem um cuidado sim do começo ao fim, para a gente verificar essa questão da renda. Se eu pegar das que a gente tem hoje, dificilmente alguém é reprovado, mas pode acontecer o quê? De ele falar assim: "Olha, Denise, eu não tenho condição de assumir isso agora". Alguns ficam com receio de perder a oportunidade, mas outros falam: "Olha, eu não me adapto, eu não consigo. Será que eu posso ficar mais um tempo no auxílio-aluguel e eu vou para uma outra unidade habitacional?". Então, a gente sempre procura ter essa conversa, a nossa conversa segura. Por isso a importância dos plantões sociais, e eu torço muito para que eles sejam cada vez mais distribuídos na cidade, mais perto de onde as pessoas foram removidas, para que a gente tenha um pouco mais de contato e controle dessa si. Mas a ideia é replicar o que a gente tem e fazer um trabalho um pouco mais direcionado para essa parte de geração de renda, porque a gente sabe sim que é um ponto sensível das nossas famílias. **Sra. Isadora:** Seria possível parte dessas unidades que foram compradas serem de locação? **Sra. Denise:** Olha, nesse primeiro momento, não. Eu, particularmente, gosto da modalidade da locação social. Eu não sei se o Nilson pode falar um pouco melhor sobre isso, se dessas próximas compras se elas podem ser direcionadas? **Sr. Nilson:** O programa não está voltado para locação social agora, nesse momento. Pode ser. **Sra. Denise:** Sim, a gente pode propor. A gente está em um momento, é o que eu falei para a equipe, eu tive uma reunião com quase 80 técnicos aqui, para a gente falar sobre o programa. E eu acho que a gente está em um momento propício para as novas ideias, para essa questão dos equipamentos, para a gente iluminar esse ponto, de fato, não passar batido, para a gente não cometer erros que foram cometidos no passado. São problemas que existem e eles têm que ser discutidos, eles têm que ser colocados na mesa mesmo. Essa questão da mobilidade, a gente pensar, você fez um levantamento legal, isso já chama a atenção para as nossas equipes também, principalmente os arquitetos que estão agora lá no sétimo, e ajudar a construir isso, para a gente não ser pego de surpresa. Vai ser entregue daqui um ano, mas, pelo menos, olha, a gente já conseguiu articular com saúde, com educação, com transporte, acho que essa possibilidade, como a gente vai começar a coletar o documento dessas famílias e vai fazer o recadastramento, a gente vai ter um cenário de como está a questão de renda dessas famílias, se a gente ver que tem um percentual que não alcança, já nasce aí uma ideia. O que podemos fazer? No recadastramento a gente não viu muito esse cenário, assim, uma família com renda zero assim. Eu posso até pegar o último levantamento que a gente tem, que foi Itanhaém 2022, e verificar das famílias mais vulneráveis, como está a situação de renda delas. Mas, estou atenta à todas as dicas aí de vocês, são muito bem-vindas. Mais dúvidas? Alguém quer falar alguma coisa? **Sr. Nilson:** Acho que está bom, Denise. Obrigado. Vamos partir para o Item 4 aqui, outros assuntos. Algum Conselheiro tem alguma colocação para fazer aqui? Está aberta a palavra. Não tem nada a declarar, podemos encerrar a reunião do Conselho da Comissão Executiva. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Nilson Edson Leônidas encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [106639266](#) | Despacho

DESPACHO DE DEFERIMENTO

Trata-se de requerimento Requerimento de Consulta Prévia protocolizado por Moralize Assessoria Empresarial LTDA, inscrita no CNPJ 04.023.051/0001-53, para o núcleo Jardim Graúna, situado à Rua Edson Evaristo Ferreira, na Subprefeitura da Capela do Socorro (documentos SEI [099041197](#), [099041844](#), [099042081](#) e [099042315](#)).

À luz da documentação acostada a este SEI e das respectivas análises técnicas (doc SEI n.º [099348419](#), [103583752](#), [103675957](#) e [103741105](#), as quais acolho, **DEFIRO** o pedido de Certidão de Consulta Prévia que ateste a **INAPLICABILIDADE** da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano "Jardim Graúna, na Rua Edson Evaristo Ferreira".

1. Publique-se este despacho;
2. Expeça-se a Certidão, com retorno para assinatura;
3. Após, notifique-se o interessada e, por fim
4. Encaminhe-se à **SEHAB/DIA** para entrega da Certidão ao interessado, pagas as taxas devidas.

Documento: [107215765](#) | Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados de deste Edital tiverem conhecimento que, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Lei Municipal nº 17.734/2022, do Provimento nº 56/2019 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº

9.310/2018, em continuidade ao procedimento de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA de interesse social do núcleo urbano irregular denominado

JARACATIÁ II, tratada no processo administrativo P.A 2017-0.139.597-1, com origem na Inscrição nº 107 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP e acesso principal pela Rua Maniçoba.

Ficam, portanto, **NOTIFICADOS** de que dispõem do prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital, para requerer, MANIFESTAREM-SE quanto ao procedimento de regularização fundiária acima especificado, por meio do seguinte endereço eletrônico: notificacao@prefeitura.sp.gov.br.

Transcorrido este prazo, a ausência de manifestação será interpretada como concordância com a regularização fundiária, de acordo com o que autoriza a legislação citada. E para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expedem-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 26 de junho de dois mil e vinte e quatro.

Documento: [107222196](#) | Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: Jardim São Benedito

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas

atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coordenadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Lei Municipal nº 17.734/2022, do Provimento nº 56 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área particular/pública municipal conhecida como

Jardim São Benedito, tratada no processo administrativo P.A 1980- 0.008.111-3, com origem nas Transcrições nº 17.333 do 1º R.I. e 85.158 do 11º

R.I. de São Paulo/SP, com localização atual na Rua Francisco Rego, e, que confronta com imóvel de propriedade de

BENEDITO DOMINGUES, titular do imóvel na Transcrição nº 17.333 do 1º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **BENEDITA DE MORAIS DOMINGUES E IZAIAS DOMINGUES**, titular do imóvel na Transcrição nº 85.158 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **AMARO ROMÃO DE MORAIS**, titular do imóvel na Transcrição nº 85.158 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **DARIO PIRES DE OLIVEIRA E ELOISA DA**

CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, titular do imóvel na Matrícula nº 115.317 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **IZAIAS DOMINGUES**, titular do imóvel na Matrícula nº 115.317 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **ANTONIO CARLOS NUNES E NILIA DA SILVA SANTOS NUNES**,

titular do imóvel na Matrícula nº 121.703 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **IZAIAS DOMINGUES**, titular do imóvel na Matrícula nº 121.703 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **JOSE DE FATIMA RODRIGUES E GEORGINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS RODRIGUES**, titular

do imóvel na Matrícula nº 103.077 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **SEBASTIÃO CORAL E MARTA ALVES CASSATI CORAL**, titular do

imóvel na Matrícula nº 105.289 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **LUIZ CORAL FILHO E NEILA JANETE DE SOUZA CORAL**, titular

do imóvel na Matrícula nº 105.289 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **ELENITA MARIA CANÁRIO**, titular do imóvel na Matrícula nº 105.289 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **TAIS DIAS DE BORBA**, titular do imóvel na Matrícula nº 105.289 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **CLEMENTE PEREIRA SANTOS E MARGARIDA SENA DIAS**

SANTOS, titular do imóvel na Matrícula nº 105.290 do 11º Registro de Imóveis

da Capital, São Paulo/SP; **PEDRO MENDES DOS SANTOS E LEIA MARCIA**

SOUZA DOS SANTOS, titular do imóvel na Matrícula nº 111.642 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **HUDSON DE MATOS**, titular do imóvel na Matrícula nº 105.873 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **JOSE RIBEIRO DE MATOS**, titular do imóvel na Matrícula nº 105.873 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **CELIA DA SILVA**, titular do imóvel na Matrícula nº 105.873 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **CONDOMÍNIO**

RESIDENCIAL PARQUE SONIA, titular do imóvel na Matrícula nº 286.915 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **BARBINO DE LIMA E JOSEFA DOMINGUES LIMA**, titular do imóvel na Matrícula nº 373.237 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **IGNEZ DE VITTO**, titular do imóvel na Matrícula nº 288.813 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP.

Ficam, portanto, **NOTIFICADOS** os titulares de domínio e confrontantes de que dispõem do prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital para ANUIREM ou apresentarem IMPUGNAÇÃO ao procedimento de regularização fundiária, acima especificado, por meio do seguinte endereço eletrônico: notificacao@prefeitura.sp.gov.br. A concordância será presumida caso não haja manifestação em contrário no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expedem-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 06 de junho de dois mil e vinte e quatro.

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [106804736](#) | Despacho Autorizatório

São Paulo, 15 de Julho 2024.

Assunto: Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Caboré-João Antônio Xavier

Interessado: Laercio de Almeida Pires

Processo: 6014.2024/0001317-9

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, o parecer técnico juntado em doc. SEI nº 106304927 e a manifestação de SEHAB/PROJ em doc. [091898635](#), o qual adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. Pagamento de indenização pela construção, a/ao município Laercio de Almeida Pires, CPF 153.***.***.*** com fundamento na Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, o Decreto Municipal nº 61.492, de 28 de junho de 2022 e Instrução Normativa nº 05, de 08 de Agosto de 2022, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº 6014.2023/0003560-0, onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.33909300.00.

2. A seguir, encaminhe-se para a Coordenadoria de Trabalho Social (CTS) para adoção das providências pertinentes e, após, para o Departamento de Administração e Finanças/Divisão Financeira (DAF/DIF) para o devido pagamento.

Documento: [107257360](#) | Despacho deferido

PROCESSO Nº SEI: 6014.2024/0003057-0

Despacho deferido

Interessada: Denize do Nascimento Fonseca CPF: 362.***.***.***

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI nº 106254142, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A reativação de ciclo do benefício do Auxílio Aluguel da município Denize do Nascimento Fonseca CPF: 362.***.***.*** com fundamento no art. 2º, inciso I da Portaria SEHAB nº 131/2015;

2. Publique-se.

DIVISÃO DE TRABALHO SOCIAL EM MANANCIAS

Documento: [105906980](#) | Despacho Autorizatório

Interessado: Wuemerson Bezerra de Luz - CPF: 433.***.***.***

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI (105901158) e (105902685), que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A troca de titular ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do município, **Vera Lucia de Luz CPF: 794.***.***.*****, para o município **Wuemerson Bezerra de Luz, CPF: 433.***.***.*****.

2. A reativação de ciclo do benefício do Auxílio Aluguel para o município **Wuemerson Bezerra de Luz, CPF: 433.***.***.*****, com fundamento no art. 2, I, da Portaria SEHAB nº 131/2015